



remaa

Percepção ambiental da população de Miguel Calmon (BA) em relação ao Parque Estadual das Sete Passagens

Cleisson de Moraes Alves¹

Universidade do Estado da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6869-786X>

Emanuela Carneiro da Silva²

Universidade Federal do Vale do São Francisco

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2470-0873>

Daniel Vieira de Souza³

Universidade Federal do Vale do São Francisco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3647-2945>

Resumo: A percepção ambiental pode ser compreendida como a forma pela qual o ser humano percebe o ambiente em que está inserido, resultando de conhecimentos e experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, este trabalho investiga a percepção ambiental da população de Miguel Calmon (BA) sobre o Parque Estadual das Sete Passagens (PESP), considerando problemas e oportunidades indicados em seu Plano de Manejo (2008). Metodologicamente, adotou-se abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários e análise de conteúdo segundo Bardin (1977). Os resultados indicam que, embora parte da população conheça o PESP e reconheça sua importância para a região, ainda existe parcela significativa dos habitantes que necessita ampliar sua instrução e sensibilização ambiental, especialmente, entre pessoas com menor escolaridade e idade mais elevada, evidenciando a necessidade de ações educativas e de divulgação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Geografia; Percepção Ambiental.

Percepción ambiental de la población de Miguel Calmon (BA) en relación al Parque Estatal Sete Passagens

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), *Campus* Senhor do Bonfim, Bahia. E-mail: cleissonmoraes50@gmail.com

² Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), *Campus* Senhor do Bonfim, Bahia. E-mail: emanuela.carneiro@discente.univasf.edu.br

³ Doutor e Mestre em Agronomia pela Universidade de Federal de Viçosa (UFV). Graduado em Geografia pela mesma instituição. Atualmente, é Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), *Campus* Senhor do Bonfim, Bahia. E-mail: daniel.vsousa@univasf.edu.br

Resumen: La percepción ambiental puede entenderse como la forma en que los seres humanos perciben el entorno en el que se encuentran inmersos, resultado del conocimiento y las experiencias individuales y colectivas. En este sentido, este trabajo investiga la percepción ambiental de la población de Miguel Calmón (BA) respecto al Parque Estatal Sete Passagens (PESP), considerando los problemas y oportunidades indicados en su Plan de Manejo (2008). Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo-cuantitativo, con la aplicación de cuestionarios y análisis de contenido según Bardin (1977). Los resultados indican que buena parte de la población conoce el PESP y reconoce su importancia para la región, aunque exista una porción significativa de los habitantes que necesita ampliar su educación y concientización ambiental, especialmente entre las personas con menor nivel educativo y las de mayor edad, lo que resalta la necesidad de acciones de divulgación educativa y ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental; Geografía; Percepción Ambiental.

The environmental perception of the population of Miguel Calmon (BA) regarding the Parque Estadual das Sete Passagens (State Park of the Sete Passagens)

Abstract: Environmental perception can be understood as the way in which human beings perceive the environment in which they are embedded, resulting from individual and collective knowledge and experiences. In this sense, this work investigates the environmental perception of the population of Miguel Calmon (BA) regarding the Sete Passagens State Park (PESP), considering the problems and opportunities indicated in its Management Plan (2008). Methodologically, a qualitative-quantitative approach was adopted, with the application of questionnaires and content analysis according to Bardin (1977). The results indicate that, although part of the population knows the PESP and recognizes its importance for the region, there is still a significant portion of the inhabitants who need to expand their environmental education and awareness, especially among people with lower levels of education and older age, highlighting the need for educational and environmental outreach actions.

Keywords: Environmental Education; Geography; Environmental Perception.

Introdução

Historicamente, a humanidade exerce pressões sobre o Espaço Geográfico, a fim de sanar seus desejos e necessidades. As consequências destas ações se acumulam ao longo do tempo, impactando diversas gerações (Moreira, 2010). Sob esse viés, a percepção ambiental pode ser entendida como a visão do homem sobre o meio ambiente e como suas ações o modificam (Fernandes *et al.*, 2004). Essa visão se forma a partir da interação constante do homem com o ambiente, influenciando diretamente na proteção e conservação dos recursos ambientais. É importante destacar que cada indivíduo é múltiplo e complexo, logo, cada sujeito irá perceber, reagir e responder diferentemente sobre as práticas direcionadas ao meio ambiente.

As variações de comportamentos e de percepções advém das diferentes vivências e experiências (individuais e coletivas), possibilitadas em espaços escolares, informais e não escolares. O desenvolvimento de uma percepção ambiental consciente e problematizadora

possibilita, ao homem, uma ação sustentável frente às diversas situações. Frente a isso, são necessárias reflexões no sentido de compreender como cada indivíduo percebe e convive com os múltiplos ambientes ao seu redor, considerando suas expectativas, satisfações e insatisfações. A compreensão da percepção ambiental sobre determinado tema pode ser alcançada por meio de diversas ferramentas de pesquisa como: mapas mentais, representação fotográfica, questionários, dentre outros (Ferreira, 2005). Ademais, Assis *et al.* (2013) destacam a importância do estudo de percepção ambiental para integrar a população nas tomadas de decisões, isso significa, levar em consideração a visão da comunidade frente às ações propostas para garantir sua efetiva implementação.

Diante dessas reflexões, este trabalho tem como finalidade investigar a percepção ambiental da população de Miguel Calmon-BA em relação ao Parque Estadual das Sete Passagens (PESP), Unidade de Conservação com sede no município em estudo. As perguntas norteadoras desta pesquisa são: i) como os calmonenses observam, percebem e agem em relação ao PESP?; ii) A população de Miguel Calmon compreende ações e realizações propostas no seu plano de manejo do PESP? Para atingir o objetivo, metodologicamente, foram utilizados questionários semiestruturados destinados a levantar dados a respeito da percepção ambiental de moradores da cidade de Miguel Calmon, Bahia. Após a aplicação dos questionários, o material foi analisado por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Referencial teórico

O entendimento do termo *percepção ambiental* deve ser integrado como um componente essencial da Educação Ambiental, considerando que a percepção emerge como um desdobramento intrínseco dessa abordagem educacional. Uma abordagem sistêmica da Educação Ambiental é necessária para conceber a percepção como o constructo final do processo educacional, representando uma transformação orgânica no pensamento do sujeito sobre todas as questões ambientais abordadas ou vivenciadas (Cunha; Leite, 2009).

Nessa esteira, Fernandes *et al.* (2004) definem a percepção ambiental como a forma pela qual cada sujeito social interpreta e experimenta o ambiente ao seu redor, atribuindo-lhe valor em diferentes graus. Além disso, ela pode ser compreendida como uma conscientização humana em relação aos diversos problemas visando à proteção do espaço.

No entanto, a complexidade da percepção ambiental reside na sua construção transversal por meio de fatores não somente geográficos e empíricos, mas também por experiências e condições psicológicas.

Dada a complexidade humana, as percepções ambientais serão igualmente complexas, resultando em entendimentos diversos que direcionam interações e usos variados dos recursos naturais. A percepção varia, por exemplo, de acordo com as culturas ou grupos socioeconômicos, pois cada sujeito desempenha papéis diversos, no plano social, nesses ambientes. Para alcançar a percepção de um indivíduo são necessários três elementos essenciais: conhecimento sobre o tema específico, conhecimento sobre a temática geral que se extrai o tema propriamente dito e, ao fim, conectar ambos os conhecimentos sob uma visão sistêmica da realidade (Costa; Colesanti, 2011).

O conhecimento sobre um tema específico representa o ponto inicial a ser abordado. Em contextos ambientais de experiências com enchentes, tragédias, muitas vezes, evitáveis que castigam vários centros urbanos no Brasil, podem ser citadas como exemplo. Em um cenário de conhecimento escasso sobre esses temas, questionamentos sobre as causas dessas catástrofes podem surgir e como resposta tem-se: chuvas intensas ou descarte errôneo ou ausente de lixo, acarretando a obstrução dos bueiros, essenciais na drenagem da água da chuva. Por outro lado, em um segundo momento, com informações ampliadas da temática, o indivíduo pode compreender conceitos de várzeas de inundação, políticas públicas de habitação e prevenção de tragédias, áreas de risco e planejamento urbano, assim, estaria o exercício do conhecimento científico, mas ainda em pontos específicos.

O conhecimento geral sobre um tema permite que o indivíduo enxergue a situação em sua totalidade. No contexto ambiental, por exemplo, isso envolve entender os processos das mudanças climáticas, suas causas e consequências, indo além da compreensão meramente informativa (Cunha; Leite, 2009). É como se o indivíduo conseguisse enxergar a imagem completa, isto é, as múltiplas determinações que envolvem os fenômenos. Mais que isso, é apreender esses fenômenos em condições objetivas socialmente determinadas, ou seja, na atual conjuntura, perceber os fatos ambientais a partir das contradições do sociometabolismo do capital.

Com ambos os conhecimentos (específicos e gerais) adquiridos pelas informações vivenciadas ou pesquisadas, chega-se ao ápice entre o conhecimento e a percepção. É nesse último desafio que qualquer indivíduo necessita de um olhar holístico, uma visão de totalidade acerca do conhecimento, evitando fragmentações dos saberes aqui comentados. Uma visão holística, parafraseando Maia; Araújo (2015), requer:

[...] a construção de uma visão de mundo e de homem integral, propondo-se a ter um olhar diferenciado sobre a realidade, e ampliando a visão que temos do mundo e nossa relação com ele, valorizando nossos potenciais humanos, tais como: o lado emocional, racional, corporal, nossa imaginação, nossa criatividade e a intuição, de maneira equilibrada (Maia; Araújo, 2015, p. 3).

A Educação Ambiental envolve uma visão sistêmica, integrada dos fenômenos climáticos, do meio ambiente (biótico e abiótico), da biodiversidade, da geodiversidade e das relações sociais. Somente ao considerar a complexa interação entre o homem e a natureza o indivíduo poderá perceber os mecanismos por trás do meio ambiente, da crise climática, das tragédias climáticas, da importância da conservação e da própria existência da sociedade capitalista em que vivemos hoje (Maia; Araújo, 2015).

Indo ao encontro disso, no Brasil, há pesquisas acadêmicas que buscam compreender o nível de percepção ambiental em diferentes populações e locais (Villar *et al.*, 2008; Pradeiczuk; Renk; Danieli, 2015). A exemplo do estudo sobre a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, no litoral-sul de São Paulo (Ferreira, 2005). A autora utiliza de instrumentos metodológicos pautados em entrevistas com questionários, dando ênfase a questões sobre as “atitudes e valores ambientais” da população local em relação à Estação Ecológica. As informações coletadas possibilitaram entender qual é a relação social e quais são os impactos positivos e negativos relacionados à instalação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins para a população da região do Vale do Rio Ribeira, em São Paulo.

Contudo, observa-se, na revisão de literatura, a necessidade de ampliação do número de pesquisas de percepção ambiental em unidades de conservação. De acordo com o Artigo 1º, inciso I, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Brasil, 2000) as Unidades de Conservação (UCs) podem ser entendidas como:

[...] espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais,

com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Brasil, 2000, s. p).

Há uma grande questão sobre a criação de unidades de conservação, pois muitas delas são estabelecidas em territórios ocupados por comunidades tradicionais. O desafio para o poder público é encontrar uma maneira de criar essas unidades e, ao mesmo tempo, preservar as populações tradicionais em seus locais de origem. Desafio que nem sempre se consegue solucionar. Como alternativa, o próprio SNUC instituiu as áreas protegidas e estabeleceu subcategorias dadas às unidades. Nesse sentido, nem toda área preservada deve estar inabitada, alguns tipos de unidades de conservação têm como essência o uso dos recursos de maneira sustentável, muitas outras dependem das próprias comunidades tradicionais para manejo e continuidade da preservação local, a exemplo dos povos indígenas (Brasil, 2020).

Nessa discussão, é mister frisar que o modo de vida das comunidades tradicionais pode ser considerado sustentável, pois a relação com a terra se dá de maneira orgânica, comunitária e voltada à subsistência desses povos, o que foge da lógica capitalista predatória de extração agressiva de recursos naturais. Considerando isso, o SNUC passou a proteger tanto as áreas como as comunidades que vivem nela há séculos. Assim, a percepção ambiental dessas comunidades próximas, ou dentro das unidades de conservação, passa pela educação ambiental dirigida a essas populações.

É, portanto, frente a esse cenário que o estudo de percepção ambiental ganha centralidade. Na defesa dessas pesquisas, Cunha; Leite (2009) afirmam que:

É de suma importância o estudo de percepção ambiental de comunidades locais e no entorno de onde serão implantadas Unidades de Conservação ou qualquer outro tipo de empreendimento, pois possibilita levantar informações relevantes para tais comunidades, para os empreendedores, assim como para que a implantação aconteça dentro da lei, sem prejuízos para o meio ambiente (Cunha; Leite, 2009, p. 71).

É imprescindível dar visibilidade, primeiramente, às pessoas que habitam o local protegido, pois as comunidades tradicionais não devem ser consideradas ameaças à conservação, mas, ao contrário, parte essencial do processo de manejo do território, além de

símbolo de resistência contra empreendimentos danosos ao meio ambiente, como a mineração agressiva e/ou ilegal e outros empreendimentos ligados ao grande capital. Logo, Pinheiro *et al.* (2002) mencionam que:

A Percepção Ambiental na Gestão Ambiental funciona como uma importante ferramenta para traçar um perfil da população da área pesquisada, fornecendo subsídios importantes na identificação de possíveis entraves à atuação do gestor, e a partir da opinião do cidadão é possível identificar através de análises do comportamento ambiental, o seu nível de conhecimento, atitudes, senso de comunidade, acesso à informação e grau de alienação referente à problemática ambiental abordada, facilitando a elaboração planejada de estratégias ambientais compatíveis e adequadas na solução e encaminhamentos de medidas sustentáveis que contribuam para a melhoria ambiental e a qualidade de vida do cidadão (Pinheiro *et al.*, 2002, p. 3).

Desse modo, a Educação Ambiental tem um papel crucial ao promover diálogos sobre a relação das comunidades com as áreas preservadas e protegidas pela legislação, destacando que se trata de um direito a ser zelado e continuamente subsidiado de pesquisa científica. Somado a isso, em consonância com Cunha; Leite (2009, p. 78), é por meio da educação ambiental que se desenvolve a percepção ambiental, isto é, “[...] permitiremos a perpetuação da vida” de forma crítica, consciente e transformadora.

Área da pesquisa:

Miguel Calmon, Bahia

O município brasileiro de Miguel Calmon integra o Centro Norte Baiano e faz parte da microrregião Jacobina e do Território de Identidade Piemonte da Diamantina. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o município possui uma extensão territorial de 1.599,672 km² e uma população de 26.661 habitantes, considerando o último Censo Demográfico, realizado em 2022. Está distante da capital Salvador cerca de 370 km e faz limite com os municípios de Piritiba, Várzea do Poço, Serrolândia, Jacobina, Várzea Nova e Morro do Chapéu.

Por volta do século XIX, Miguel Calmon não passava de uma simples fazenda denominada Canabrava, de propriedade da condessa Maria Saldanha Oliveira e Souza Constança (IBGE, 1958). Em 1812, chegaram os primeiros povoadores procedentes de Jacobina, a saber: as famílias de Valois Coutinho, de origem francesa, e de Marcelino Miranda.

Essas famílias, aproveitando a boa qualidade das terras, começaram então a cultivá-las com plantações de milho, feijão, mandioca, café e, posteriormente, com cana-de-açúcar, além de grandes pastagens, pois era uma região bastante propícia para criação de gado.

Outrossim, em 1885, com a feira local bastante desenvolvida, engenhos e fragmentações territoriais intensas, a fazenda transformou-se em um povoado. O arraial de Canabrava pertencia ao município de Jacobina e, mais tarde, foi elevado a distrito de paz pelo Decreto datado de 7 de janeiro de 1897 (IBGE, 1958). Em seguida, vários decretos e leis foram instaurados, levando Miguel Calmon a ser subordinado ao município de Jacobina, a se desmembrar mais tarde, em 1924. Entre os anos de 1930 a 1934, houve uma nova reorganização territorial, na qual Miguel Calmon tornou-se município, sendo formado pela sede por nome Djalma Dutra e os distritos de Pindorama e Itabira.

Por fim, as últimas reorganizações territoriais definiram três recortes: Miguel Calmon (ex-Djalma Dutra), Itapura (ex-Itabira) e Tapiranga (ex-Pindorama), depois, o ex-povoado de Várzea do Poço foi incluso. Contudo, logo depois, foi desmembrado, pois havia sido elevado à categoria de município. Sendo assim, atualmente, Miguel Calmon é constituído por três distritos: Miguel Calmon, Itapura e Itapiranga (IBGE, 1958).

De acordo com o IBGE (2023), apenas 9,57% (2.361) da população possuía alguma ocupação em 2022, esse dado evidencia a falta de oportunidades e o crescimento de postos de trabalhos informais. Ademais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município era de 0,586, considerado baixo. Segundo o IBGE (2023), Miguel Calmon possui 3.421 estudantes matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, distribuídos nas vinte e oito Instituições existentes para esta modalidade de ensino, e 722 matriculados nas três Instituições de Ensino Médio. O quadro docente era composto por 171 profissionais no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, e 57 docentes no Ensino Médio, distribuídos em três Instituições.

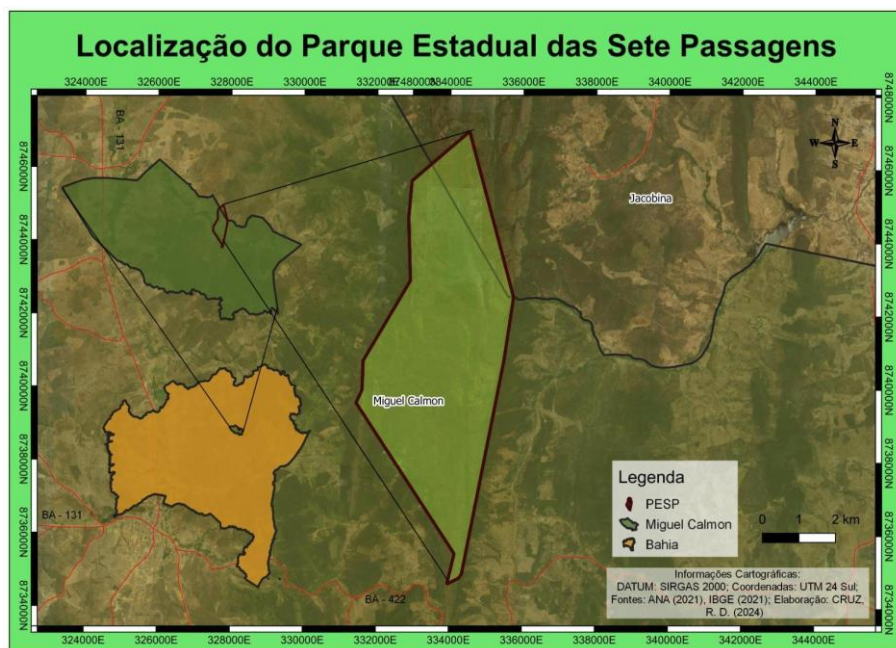
Em relação a seus aspectos geográficos, o clima de Miguel Calmon é definido como do tipo BSw_h, semiárido, chuvoso no verão e seco no inverno – isso segundo a classificação de Köppen – o período chuvoso com os maiores índices pluviométricos vai de outubro a abril e o período menos chuvoso estendendo-se de maio a setembro (Bahia, 2008). Outrossim, os

meses mais frios têm médias de temperatura superiores a 20°C e o risco de seca é considerado alto, estando a área inserida no âmbito do Semiárido Brasileiro e do Bioma Caatinga.

Parque Estadual das Sete Passagens

O Parque Estadual das Sete Passagens é uma Unidade de Conservação situada em Miguel Calmon, Bahia (Figura 1). Instituído pelo Decreto Estadual nº 7.808 em 24 de maio de 2000, o Parque abrange 2.821 hectares e é lar de recursos hídricos significativos para a região, que está inserido no polígono das secas (Bahia, 2008). O Plano de Manejo do PESP divide, caracteriza e estabelece as normas de uso do Parque por meio das seguintes zonas: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona Histórico-Cultural, Zona de Uso Intensivo, Zona de Uso Especial, Zona de Recuperação e Zona de Uso Conflitante.

Figura 1: Mapa de localização do Parque Estadual das Sete Passagens.



Fonte: Cruz (2024).

O nome do Parque faz referência às sete cancelas localizadas entre as montanhas na área de maior altitude, por onde o gado encontrava acesso à água para beber. A Secretaria destaca que a riqueza hídrica, resguardada pela vegetação de floresta estacional, representou um dos fatores centrais para a criação da UC, sobretudo, considerando que o Estado da Bahia

ainda possuía poucas UC's do Bioma Caatinga até aquele momento (Bahia, 2008).

A Geomorfologia desta área é relativa aos Planaltos Residuais e as Depressões Interplanálticas, além da presença da Unidade Geomorfológica da Serra de Jacobina, identificada nos terrenos ao norte e ao sul do Parque, bem como em algumas elevações próximas ao leste e oeste do PESP (Bahia, 2008). O relevo é representado por uma sequência de cristas e barras que, geralmente, apresentam topos abaulados ou planos, além de uma incidência de cânions. Adicionalmente, os solos são pouco desenvolvidos com uma textura arenosa (do tipo Argissolo vermelho-amarelo Eutrófico, Neossolo litólico Húmico e Distrófico) e facilmente sujeitos à degradação por erosão, tendo em vista as fortes declividades dos terrenos. Por outro lado, na área de amortecimento, tem-se os terrenos com superfícies de erosão com rochas intensamente metamorfizadas, apresentando relevos planos - pedimentos, glaciais e rampas (Bahia, 2008).

Somado a isso, a Hidrografia da região apresenta a existência de diversos corpos d'água, tanto na área do PESP quanto na área do município de Miguel Calmon (Bahia, 2008). Os rios existentes nessa área integram a Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru Mirim, sendo que os rios localizados no centro-sul da área ficam a cargo de integrar a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuípe. Os riachos da área de amortecimento do PESP são considerados efêmeros (predominantes na área do parque) e intermitentes (predominantes à área de amortecimento).

A maior parte dos cursos d'água da área de amortecimento tem suas nascentes no PESP, são eles: o Riacho da Cuia e o Riacho da Jabuticaba (que ao se unirem formam o Rio Itapicuru Mirim, o Rio da Jaqueira e o Rio Cova), bem como o Riacho da Horta, que recebe um tributário importante do Riacho do Campo Limpo. Somado a esses, os Riachos Cabaceiras e Olhos D'Água que, juntamente com o Riacho Lajedo Preto, alimentam as águas do Riacho Caldeirão, originando também a Lagoa Santo Antônio Sobrinho.

Procedimentos metodológicos

Para coletar informações dos sujeitos pesquisados e conhecer suas opiniões sobre os assuntos em estudo, utilizou-se a técnica do questionário semiestruturado que, segundo Severino (2013), caracteriza-se por um conjunto de questões, bem estruturadas e planejadas,

destinadas a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com o objetivo de conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo. Adicionalmente, segundo Gil (1999, p. 128), essa “[...] técnica de investigação consiste em apresentar por escrito um conjunto de questões a um grupo de pessoas. O objetivo é conhecer suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas, dentre outras sensações”. Para o autor, as questões utilizadas devem ser pertinentes ao objeto de pesquisa e às hipóteses de trabalho, além disso, devem ser formuladas de forma clara e objetiva, para que sejam bem compreendidas pelos sujeitos.

Lakatos; Marconi (2003) destacam vantagens e desvantagens da coleta de dados por meio de questionários. As vantagens incluem: economia de tempo, alcance maior de pessoas simultaneamente, abrangência geográfica, segurança e liberdade ao responder em razão do anonimato, economia de pessoal tanto no treinamento quanto no trabalho em campo, menor risco de distorção da resposta pela interferência do pesquisador. Por outro lado, as desvantagens envolvem: perguntas sem respostas, impossibilidade de ser aplicado a pessoas analfabetas, possível influência entre questões, impedimento de o pesquisador ajudar o participante em casos de questões mal compreendidas e exigência de um universo homogêneo.

Nesse sentido, este trabalho de investigação de cunho quali-quantitativo, tem o questionário semiestruturado, elaborado por meio do *Google Forms*, como suporte para obtenção dos dados, contendo questões abertas e fechadas. A escolha da versão virtual justifica-se pela praticidade e pela possibilidade de aplicar o instrumento de coleta a um universo maior da população, e, conseqüentemente, obter informações mais robustas, uma vez que qualquer pessoa com o *link* de acesso tinha a possibilidade de responder. Apesar do formato predominante ter sido virtual, os questionários também foram aplicados presencialmente pelos autores.

A aplicação presencial dos questionários ocorreu na zona urbana do município de Miguel Calmon, Bahia. A elaboração dessa ferramenta de coleta de dados teve início com o levantamento prévio de dados históricos e socioeconômicos da população local, com intuito de se obter uma ideia geral sobre o município, bem como um embasamento teórico para a

construção das perguntas. Ademais, também foram consultados, por meio de revisão de literatura, trabalhos de percepção ambiental em unidades de conservação a fim de auxiliar na formulação do questionário, foram eles: Santos (2014), Pradeiczuk; Renk; Danieli (2015), Jacobi; Fleury; Rocha (2004), dentre outros.

Após o levantamento bibliográfico inicial, realizou-se a construção das perguntas do questionário. Nesse instrumento, buscou-se investigar preliminarmente a percepção que a população de Miguel Calmon tem com relação ao Parque Estadual Sete Passagens. Especificamente procurou-se levantar: a) a idade e o sexo dos participantes; b) o tempo em que moram na região; c) o conhecimento dos participantes acerca da existência do parque; d) a opinião em relação à implantação, comunicação e envolvimento com ele, procurando identificar se houve problemas com a população no momento da implantação bem como a sua influência; e) a realização ou não, pela coordenação do PESP, de trabalhos ou projetos de sensibilização ambiental, que demonstrem a importância dessa unidade de conservação.

Face a essas intenções, foram utilizadas duas estratégias para aplicação dos questionários: i) utilizou-se a aplicação convencional, realizando entrevistas presenciais com a população transeunte, encontrada na zona urbana do município de Miguel Calmon, e também, com os funcionários do Parque, denominados de *Guarda Parque*; ii) o mesmo questionário foi respondido, de forma remota, por estudantes de diferentes Instituições de ensino do município através do *Google Forms*. No total, foram aplicados 91 questionários, presencial e virtualmente.

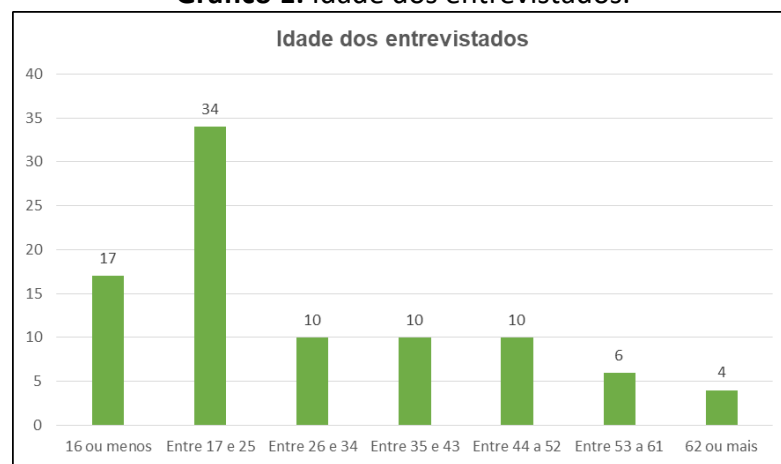
Após a aplicação dos questionários, realizou-se a análise e interpretação dos dados coletados, refletindo, a partir da percepção ambiental, as respostas dos calmonenses, dos funcionários, dos ex-funcionários e da gestão do Parque Estadual das Sete Passagens. Todos os dados foram organizados em uma planilha do *Excel*, na qual cada variável foi analisada individualmente e de forma sequencial. Em casos específicos, com as respostas de questões abertas, seguiu-se a técnica de Bardin (1977) para definir códigos, tomando como base a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Feito isso, gráficos foram construídos com base nas diferentes variáveis estudadas, para facilitar a interpretação dos dados. Por fim, realizou-se uma nova revisão de literatura a fim de discutir os dados.

Resultados e discussão

A amostra desta pesquisa é composta por noventa e uma pessoas que responderam aos questionários, presencial e virtualmente, entre os dias 02 a 07 de junho de 2023, todas elas residiam na área urbana e rural do município de Miguel Calmon, Bahia. Do total, 52,7% se declararam do sexo feminino, 46,2% do sexo masculino e 1,1% preferiram não informar. Logo, esses foram os participantes da pesquisa, sujeitos fundamentais para o estudo da percepção ambiental.

Assis *et al.* (2013) defendem que cada indivíduo possui uma visão sobre o ambiente. Frente a isso, em trabalhos de percepção ambiental deve-se atentar-se aos fatores que interferem na elaboração de valores de cada sujeito, são eles: idade, gênero, cultura, religião, grupo socioeconômico, realidade, status econômico, laços afetivos com o lugar, dentre outros. Partindo desse pressuposto, as idades dos respondentes (Gráfico 1) foram coletadas e podem ser resumidas em:

Gráfico 1: Idade dos entrevistados.



Fonte: Os autores (2023).

A análise dos dados aponta que a maioria dos entrevistados, cerca de 80%, residiam há mais de 11 anos em Miguel Calmon. Essa pergunta foi importante devido ao fato de não haver dados, no momento da pesquisa, atualizados de movimento demográfico no município, uma vez que as últimas informações nesse sentido eram do Censo Demográfico realizado em 2010. Além disso, buscou-se analisar se houve a chegada de fluxo populacional devido à

criação do Parque, porém, os dados não permitem sinalizar para esta relação.

Ao serem questionados sobre a atividade que exerciam, os participantes indicaram: a) agricultura familiar: 22,1%; b) comércio: 22,1%; c) mineração: 1,2%; e d) outras funções: 39,5%. A existência de conflitos e áreas de interesses minerários constavam no Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens (2008) como uma de suas fraquezas, nesse sentido, esta questão buscava identificar se havia um número de pessoas envolvidas na atividade minerária, contudo, os dados sinalizam um número baixo (1,2% dos respondentes). De acordo com Andrade; Lima (2016), as áreas de UC's são marcadas por conflitos por diferentes causas (mineração, garimpo, posse do território, uso dos recursos, pesca ou caça predatória, extração ilegal de madeira, dentro outras), sendo urgente compreender esses conflitos e adotar estratégias de gestão participativa envolvendo a comunidade local a fim de proteger as Unidades.

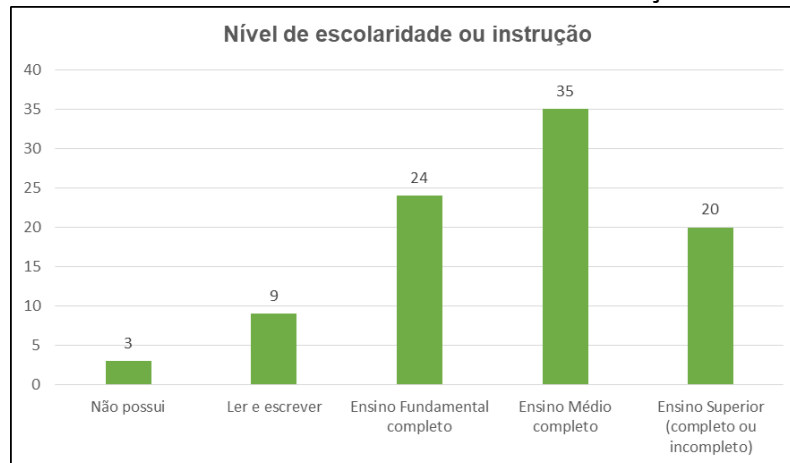
No que tange ao Parque Estadual das Sete Passagens, 83,5% afirmaram conhecer o Parque, outros 13,2% não conhecem, porém ouviram falar e 3,3% não conhecem e nem ouviram falar da existência do PESP no município de Miguel Calmon. Indo ao encontro com o Plano de Manejo (2008), os dados coletados apontam que parte significativa dos respondentes conhece ou ouviu falar do PESP. Entretanto, apenas 64,4% afirmaram terem visitado, em contrapartida, 35,6% disseram que nunca visitaram o PESP. Esses dados revelam que as ações de divulgação tiveram efeitos positivos, porém ainda se fazem necessárias políticas de turismo articuladas que possam atrair pessoas da região e fomentar o desenvolvimento local.

Durante as entrevistas, foi possível observar relatos de desinformações sobre a importância do PESP, alguns moradores sequer o conheciam (3,3% dos entrevistados), a maioria dessas pessoas são mais idosas e/ou com baixo nível de escolaridade (Figura 2). Esse dado vai ao encontro dos escritos de Bogner; Wiseman (2002) quando escrevem que a escolarização é central para o conhecimento dos elementos naturais. Assim, se entende que os dados sobre o conhecimento da área não podem estar desvinculados das condições concretas dos sujeitos e das inúmeras desigualdades que estruturam o território brasileiro.

Sob esse prisma, observa-se, no Gráfico 2, que a quantidade de entrevistados que

não possuem escolaridade completa são 3%, número semelhante àqueles que nunca ouviram falar do PESP, mostrando uma relação entre estas variáveis. Assim, se lê que as potencialidades e proposições contidas no Plano de Manejo não foram articuladas de forma exitosa, sobretudo, as recomendações no sentido de promover atividades formais e não formais de Educação Ambiental, comunicação e programa de integração com a comunidade.

Gráfico 2: Nível de escolaridade ou instrução.



Fonte: Os autores (2023).

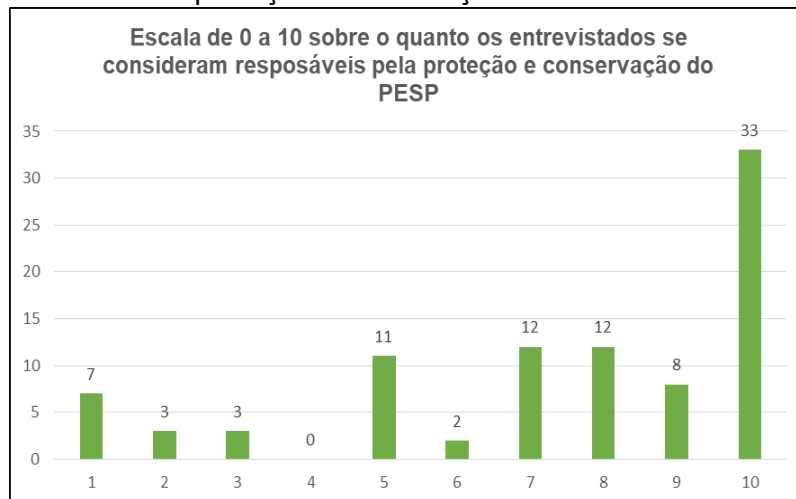
Outrossim, ao relatarem sobre como consideram a implantação do PESP, 49,4% consideram ótima, 46% boa, 3,4% indiferente e 1,1% péssima. Ademais, quando questionados se a comunidade foi convidada a participar da criação ou implantação do PESP: 26,7% disseram que sim, 8,9% não e 64,4% afirmaram que não sabiam. Ao relatarem como ocorreu essa participação, 72% disseram que foi através de reuniões, audiências públicas e palestras e outros 28% não souberam responder.

Por outro prisma, 84,4% consideravam importante que a comunidade estivesse envolvida nas decisões tomadas pela gestão do Parque, 14,4% pontuaram que não e 1,2% não souberam opinar. Em relação ao motivo da comunidade estar envolvida nas decisões tomadas pela gestão do parque, 62,5% afirmaram que por ser um bem público e pelo exercício da cidadania, 23,2% por contribuir com a conservação da biodiversidade, 10,7% por promover o turismo e educação ambiental e 3,6% por impedir práticas irregulares por parte do órgão gestor. Desse modo, a maior parte das respostas dos participantes revelam a centralidade da participação coletiva para o fortalecimento do Parque.

Indo ao encontro disso, Andrade; Lima (2016) destacam que a gestão participativa em Unidades de Conservação é de extrema importância para que a comunidade conheça os seus territórios, suas riquezas, participem das decisões e também para dar legitimidade às ações tomadas coletivamente. Para os autores, as comunidades precisam perceber que as UCs possuem uma formação sociohistórica, que faz parte da própria identidade das comunidades.

Apesar disso, o Plano de Manejo do Parque (Bahia, 2008) argumenta haver uma falta de consciência do poder da sociedade organizada. Felizmente, os dados coletados, apresentados no Gráfico 3, sinalizam uma mudança de perspectiva durante este período de quinze anos.

Gráfico 3: Escala de 0 a 10 sobre o quanto os entrevistados se consideram responsáveis pela proteção e conservação do PESP.



Fonte: Os autores (2023).

Em relação à sensibilização ambiental, 52,9% afirmaram que está sendo feita alguma ação a fim de mostrar a importância da Unidade de Conservação e como ela deve ser utilizada, 14,9% disseram que não e outros 32,2% dos entrevistados relataram não saber. Esses números são preocupantes, uma vez que o Plano de Manejo do Parque propõe que atividades de sensibilização e de conhecimento ambiental sejam possibilitadas pelo órgão gestor, a fim de oportunizar a ampla divulgação do Parque e o sentimento de pertencimento da população em relação a este espaço. Assim, se lê que essa importante proposição está sendo atendida, porém, deve ser analisada e potencializada.

Além disso, 56,2% responderam que conhecem alguém da comunidade que esteja trabalhando em alguma atividade no PESP e outros 43,8% disseram não. Dos entrevistados, 46,2% marcaram conhecer Seguranças, Vigilantes e Guardas, 27,7% disseram conhecer guias, 5,5% conheciam recepcionistas ou cozinheiras, 14,8% conheciam o gestor do Parque e 5,8% conheciam, mas não sabiam o cargo ou função. Esses dados evidenciam que pessoas conhecidas pela comunidade estão inseridas nas funções e cargos do Parque, assim como orienta o Plano de Manejo (2008), possibilitando a geração de empregos e renda para os moradores do entorno. Também, algo extremamente interessante é que alguns dos funcionários do Parque foram caçadores na área, eles passaram por um longo processo de formação e de sensibilização e, conseqüentemente, hoje têm uma percepção ambiental diferente de outrora.

Ao responderem se a implantação do PESP tem provocado mudanças no dia a dia dos moradores, 34,9% disseram que sim, 34,9% não e 30,2% disseram não saber. Detalhadamente, essas mudanças foram: a) movimentação da economia: 7,4%; b) geração de empregos: 18,5%; c) sensibilização ambiental: 40,7%; d) turismo e lazer: 33,4%. Os entrevistados enfatizaram o fato do Parque não ter gerado um movimento maior de renda, uma vez que não há um programa municipal de fomento que promova essa integração econômica. É mister que programas e projetos sejam criados a fim de fazer com que os turistas consigam girar o fluxo financeiro no município, principalmente para aqueles comerciantes mais necessitados.

Houve, também, um questionamento sobre possíveis pontos negativos da implementação do PESP no município. Do total de respondentes, cerca de 59,3% assinalaram à questão, 50% desses responderam que não havia nenhum ponto negativo após a instalação do Parque Estadual. Por outro lado, a outra metade apontou alguns prováveis pontos negativos, assim: 5,5% reclamaram da fiscalização trazida pelo Parque, no que se refere à caça local, outros 5,5% dos entrevistados afirmaram que a UC não trazia renda ou benefício do tipo diretamente para o município, 22,2% apontaram várias outras preocupações como rumores de privatização, acessibilidade difícil, queimadas, dentre outros motivos. Os demais 16,8% não souberam apontar pontos negativos específicos.

Finalizando com o último questionamento sobre a identificação da existência de problemas enfrentados pelos produtores rurais em relação às terras que estão na área do PESP, obtivemos 93,1% respostas negando e/ou estando ciente da existência desse tipo de problema. Por outro lado, os outros 6,9% responderam com uma afirmativa a essa questão, porém não souberam formular uma justificativa para tal. Esse fato evidencia que a gestão do PESP foi feliz no planejamento e execução do seu trabalho, dando a devida atenção para que a aceitação do parque pela população calmonense acontecesse o mais rápido e completo possível, evitando a emergência de conflitos territoriais.

Considerações finais

Após a análise das respostas obtidas, constatou-se que, embora boa parte da população calmonense esteja ciente da existência do PESP e de sua importância para a região, permanece uma parcela significativa da população que necessita desenvolver maior sensibilização ambiental, sobretudo, entre indivíduos com baixo nível de escolaridade e entre aqueles de idade mais avançada. Com isso, uma alternativa para tal problemática poderia ser a criação de parcerias entre os órgãos públicos, das diferentes secretarias, com a gestão do Parque, nas quais seriam elaboradas campanhas de conscientização e educação ambiental nos diferentes espaços públicos do município e nas escolas de educação básica.

Além disso, para que tenhamos uma população local envolvida com a proteção e preservação do Parque, é de suma importância que haja uma certa facilidade de acesso ao PESP. Contudo, alguns moradores ainda se queixam das dificuldades encontradas nesse quesito. Por isso, ter políticas públicas estabelecidas de forma clara e objetiva é vital para o sucesso das ações relacionadas à Educação Ambiental, pois são elas que estabelecem regras e diretrizes a serem seguidas a longo e médio prazo. Em contrapartida, a ausência de diretrizes ou de objetividade pode levar a resultados desastrosos, tanto no sentido econômico, quanto no âmbito ecológico.

A construção desse trabalho mostrou-se desafiadora, uma vez que não é uma tarefa fácil compreender a percepção individual de cada sujeito, porém, reflexões iniciais como estas podem ser base nas futuras tomadas de decisões do Parque, bem como auxiliar o poder público local. Somado a isso, fazem-se necessários mais trabalhos científicos acerca da

percepção ambiental e, em especial, pesquisas no interior nordestino. Muitos são os municípios do interior baiano localizados em áreas riquíssimas de recursos naturais, cada vez mais sob risco de degradação ambiental nos últimos anos devido ao avanço da expropriação capitalista. O município de Miguel Calmon é um dos exemplos, tanto do potencial estratégico dos recursos quanto das iniciativas de proteção ambiental, com a criação do Parque Estadual das Sete Passagens.

Desse modo, é imprescindível o papel da academia junto às comunidades locais para produção de pesquisas, artigos, iniciativas públicas e projetos extensionistas que retratem os ambientes, os modos de vida e as diversas percepções ambientais, pois será na construção desse conhecimento que poderá ser desenvolvida uma nova forma de conscientização e sensibilização ambiental e, conseqüentemente, a proteção e conservação do meio ambiente. Tal tarefa mostra-se cada vez mais central diante do contexto das mudanças climáticas, potencializada pela forma destrutiva do capital, que expropria a natureza e o humano a passos galopantes.

Referências

ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos; LIMA, Vilma Terezinha de Araújo. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, Manaus, v. 7, n. 13, p. 021-040, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2797>. Acesso em: 20 jun. 2024

ASSIS, Daniella Roberta Silva de; SOTERO, Maria Carolina; PELIZZOLI, Marcelo Luiz. O papel da hermenêutica na concepção da percepção ambiental. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 30, n. 2, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/download/229053/23454>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAHIA (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMAR). **Plano de manejo do Parque Estadual das Sete Passagens V.1**. Miguel Calmon: 2008. Disponível em:

https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/site-sema/files/migracao_2024/arquivos/File/Ascom/Edital/PESP/Apendice_Anexo_A_Plano_Manejo_PESP_vl.pdf. Acesso em: 04 mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que são as Unidades de Conservação?** Brasília, 2020. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 06 jul. 2023.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Paraná, v. 22, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CUNHA, Alecsandra Santos da; LEITE, Eugênio Batista. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. **Revista Digital Sinapse Ambiental**, Betim, v. 1, n. 1, p. 66-79, set. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/110248401/artigo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

FERNANDES, Roosevelt; SOUZA, Valdir José de; PELISSARI, Vinicius Braga; FERNANDES, Sabrina. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Encontro da ANPPAS**, Idaiatuba, v. 2, p. 26, 2004. Disponível em: http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERREIRA, Carolina Peixoto. **Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-01122008-154923/publico/CarolinaPeixoto.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE cidades**: Miguel Calmon (BA). IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon/historico>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Miguel Calmon (BA). *In: Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21. p. 40-43. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

JACOBI, Claudia Maria; FLEURY, Lorena Cândido; ROCHA, Ana Carolina Costa Lara. Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. *In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Meio/Meio12.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, Jemima Matias; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos Santos de. **Contribuições da abordagem holística para a educação: um olhar sobre a integralidade**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/MAIA%253B%2BARAUJO%2B-%2B2015.2.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

PINHEIRO, José Ivan; SANTOS, Esmeraldo Macedo dos; MARQUES JÚNIOR, Sérgio; RAMOS, Rubens Eugênio Barreto. Consciência ambiental do cidadão: eco – atitudes e eco – conhecimentos de impactos em práticas ambientais de uso da água em Natal/ RN – Brasil. *In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 22, 2002, Curitiba. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ABEPRO, 2002. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR101_1305.pdf. Acesso em: 08 jul. 2023.

PRADEICZUK, Aline; RENK, Arlene; DANIELI, Marcos Alexandre. Percepção ambiental no entorno da unidade de conservação Parque Estadual das Araucárias. **Grifos**, Chapecó, v. 24, n. 38/39, p. 13-32, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967128002.pdf>. Acesso: 18 mai. 2023.

SANTOS, Kelly Pinheiro. **Levantamento do perfil socioeconômico, da percepção ambiental e dos conflitos no entorno do Parque Estadual da Lagoa do Açu/RJ**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Regional) - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2014. Disponível em: <https://sl1nk.com/hmEgN>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

VILLAR, Livia Melo; ALMEIDA, Adilson José de; LIMA, Michele Christiane Andrade de; ALMEIDA, Juliana Laredo Valle de; SOUZA, Lilian Fiori Boechat de; PAULA, Vanessa Salete de. A percepção ambiental entre os habitantes da região noroeste do estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n.3 p. 537-543, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/9JN9g6DtgnhNHG6Szd6TRHM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Submetido em: 04-02-2025

Publicado em: 10-04-2026